http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v38a2024-68026

Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo

Augusto Rodrigues[*]

Patrícia Del Nero Velasco[**]

Rodrigo Pelloso Gelamo[***]

Resumo: A cidadania-filosófica para o ensino de filosofia foi alvo recente de debate na Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof). Pesquisadoras e pesquisadores do ensino de filosofia, fundamentados nos desenvolvimentos históricos da área, reivindicam o reconhecimento institucional do campo Filosofia do Ensino de Filosofia junto à comunidade filosófica e às agências de fomento à pesquisa no País. Realizar um resgate histórico e filosófico do debate em torno da cidadania-filosófica compreende o objetivo do presente texto. Primeiramente, retomar-se-ão os acontecimentos dos anos de 1990 e 2000, mostrando que, nesse momento, a cidadania-filosófica compreendeu a transformação do ensino de filosofia em um problema genuíno de pesquisa filosófica. Posteriormente, apresentar-se-ão números e algumas iniciativas acadêmicas na área, os quais indicam como essa abertura filosófica às pesquisas do ensino de filosofia promoveu a consolidação do campo e permitiu a emergência da discussão da cidadania-filosófica em um plano institucional, tal como reivindicado na Anpof. Por fim, destaca-se que, apesar dos avanços vigentes, o campo ainda carece de uma

[*] Doutor em Educação pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor na Educação Básica do Estado de São Paulo (SP). E-mail: augusto.rodrigues@unesp.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3407833104537871. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2574-9897.

[**] Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora e pesquisadora da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: patricia.velasco@ufabc.edu.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0717394972836082. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4705-4474.

[***] Doutor em Educação pela Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor da Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: rodrigo.gelamo@unesp.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7133231255687685. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1532-3243.

convivência maior entre os pares: torna-se necessária a interação epistemológica, ética e política entre os membros da comunidade, a fim de que exista – através do esforço colaborativo e também de disputa – o fortalecimento dos projetos comuns e singulares à Filosofia do Ensino de Filosofia.

Palavras-chave: Filosofia do Ensino de Filosofia; Cidadania-filosófica; Campo de Conhecimento.

Philosophy of Philosophy Teaching: the debate of a philosophical citizenship from historical-discursive movements of the field

Abstract: A philosophical citizenship for Philosophy teaching has recently been debated during the National Association of Graduate Studies in Philosophy (Anpof conference. Grounded on historical developments in Philosophy teaching, researchers have demanded the institutional acknowledgement of the field entitled Philosophy of Philosophy Teaching by the philosophical community and the agencies that promote research in Brazil. The purpose of this text is to carry out a historical and philosophical rescue of the debate around the philosophical citizenship that has been claimed in recent years. Firstly, facts of the 1990s and 2000s will be resumed, showing that, at that moment, the philosophical citizenship comprised the transformation of Philosophy teaching into a genuine problem for philosophical research. Subsequently, numbers and some academic initiatives in the area will be presented, which indicate how this philosophical openness to the research on Philosophy teaching has promoted the consolidation of the field and allowed the emergence of the discussion of philosophical citizenship at an institutional level, such as claimed during the Anpof conference. Finally, it is emphasized that, despite the current advances, the field still lacks greater coexistence between peers: epistemological, ethical and political interaction between community members is necessary, so that the strengthening of common and singular projects to the Philosophy of Philosophy Teaching exists through collaborative effort and also dispute.

Keywords: Philosophy of Philosophy Teaching; Citizenship-philosophical; Field of Knowledge.

Filosofía de la Enseñanza de Filosofía: el debate de la ciudadanía filosófica desde los movimientos histórico-discursivos del campo

Resumen: La ciudadanía filosófica para la enseñanza de filosofía fue un tema reciente de debate en el congreso de la Asociación Nacional de Posgrado en Filosofía (Anpof). Los investigadores de la enseñanza de filosofía, con amparo en los desarrollos históricos del área, postulan el reconocimiento institucional de la Filosofía del campo de la Enseñanza de Filosofía por parte de la comunidad filosófica y de los organismos de promoción de investigación del país. Realizar un rescate histórico y filosófico del debate alrededor de la ciudadanía filosófica constituye el propósito de este texto. En primer lugar, se retomarán los acontecimientos de las décadas de 1990 y 2000, mostrando que, en ese momento, la ciudadanía filosófica entendió la transformación de la enseñanza de filosofía en un problema genuino de investigación filosófica. Posteriormente, se presentarán números y algunas iniciativas académicas en el área, que indican cómo esta apertura filosófica a la investigación sobre la enseñanza de filosofía promovió la consolidación del campo y permitió el surgimiento de la discusión de la ciudadanía filosófica en nivel institucional, como postulado en la Anpof. Finalmente, se destaca que, a pesar de los avances actuales, el campo aún carece de una mayor convivencia entre pares: es necesaria la interacción epistemológica, ética y política entre los miembros de la comunidad, para que exista - a través del esfuerzo colaborativo y también de la disputa - el fortalecimiento de los intereses comunes y singulares a la Filosofía de la Enseñanza de la Filosofía.

Palabras clave: Filosofía de la Enseñanza de Filosofía; Ciudadanía-filosófica; Campo de Conocimiento.

Introdução

No mês de outubro de 2021, o ensino de filosofia foi pauta de debate na principal comunidade filosófica brasileira, a Anpof – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. O mês, intitulado “Ensino de filosofia: por uma cidadania filosófica do campo”, marcou a comemoração dos 15 anos de pesquisa e consolidação do GT *Filosofar e Ensinar a*

Filosofar, convocando professores/as-pesquisadores/as da área para enfrentar alguns desafios contemporâneos do ensino de filosofia no Brasil.

Além de dar visibilidade a inúmeras questões da ordem do dia[1], o evento sinalizou que o ensino de filosofia vem se instituindo como uma temática de pesquisa importante no cenário acadêmico brasileiro, e força a comunidade filosófica a se envolver com uma antiga agenda de professoras/es filósofas/os: a luta por uma cidadania-filosófica para o ensino de filosofia. Trata-se de um movimento de luta de muitos/as professores/as e grupos de pesquisas, fruto de um projeto coletivo que, para transformar o ensino de filosofia em um problema filosófico a ser sistematicamente debatido pela comunidade acadêmica, criou uma agenda em torno da temática, seja organizando eventos e fóruns de debate, seja através do incentivo à publicações sobre o assunto, à realização de pesquisas acadêmicas e profissionais na área, à elaboração de material didático e, inclusive, através da própria criação do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofia* – que se consolidou como importante grupo para agenciamento de produções teóricas e intervenções políticas.

Nos últimos anos, a luta pela cidadania-filosófica tem como pauta o reconhecimento institucional das pesquisas do ensino de filosofia como campo de conhecimento autônomo e como uma subárea de pesquisa filosófica[2]. Em razão dos avanços institucionais e teóricos já alcançados, acredita-se que já é possível afirmar a existência de um campo de conhecimento filosófico autônomo, comumente intitulado entre os pares como Ensino de Filosofia ou Filosofia do Ensino de Filosofia.

---

[1] Conferir o Boletim Especial - Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo. Disponível em: https://Anpof.org/comunicacoes/boletim/boletim-especial-ensino-de-filosofia-por-uma-cidadania-filosofica-do-campo. Acesso: 20 set. 2022.

[2] Usaremos indistintamente os termos "campo" e "subárea", visto que ambos são usados na literatura (o primeiro usualmente em discussões de cunho mais acadêmico; o segundo, dado que é o termo vigente nas agências de fomento à pesquisa, naquelas de cunho institucional). Aqui, procuramos frisar as dimensões da luta em questão: o reconhecimento da autonomia do ensino de filosofia como campo – e, especificamente, como um campo filosófico – e, por conseguinte, o pleito de institucionalização deste campo como subárea nas agências de fomento.

Diante desse contexto, pergunta-se: quais os movimentos histórico-discursivos do campo que culminaram no cenário supracitado? O objetivo do presente texto é justamente explorar o debate histórico em torno do projeto que defende a necessidade de se outorgar cidadania-filosófica ao ensino de filosofia. Em nossa análise, embora esse debate esteja em construção desde o final dos anos 1990 e até os dias atuais, o projeto e suas reivindicações possuem camadas e momentos históricos distintos. Em um primeiro momento, resgataremos a historicidade inicial do projeto, sua emergência em solo brasileiro e seu sentido. Como veremos, o debate em torno de uma cidadania-filosófica emergiu concomitantemente às reivindicações, por professores/as-pesquisadores/as, de cidadania-curricular para a disciplina de filosofia na educação básica. Nesse início, a cidadania-filosófica foi perspectivada como o começo de um movimento acadêmico-filosófico nos estudos sobre o ensino de filosofia, com o objetivo de estabelecer um novo campo de conhecimento no plano filosófico da pesquisa brasileira; um movimento hoje intitulado de "virada filosófica" (Rodrigues; Gelamo, 2021) ou *virada discursivo-filosófica* do ensino de filosofia.

Na sequência do presente texto, após o resgate histórico supramencionado, retomaremos o novo momento de luta pela cidadania-filosófica, o qual envolve o reconhecimento institucional do Ensino de Filosofia como subárea da Filosofia junto à comunidade filosófica e às agências de fomento. A pesquisa de Patrícia Velasco sobre a constituição do ensino de filosofia como campo de conhecimento da filosofia acadêmica brasileira será por nós apresentada como ponto inicial dessa movimentação, tendo em vista o esforço agenciador da pesquisadora na comunidade filosófica. A ideia da seção em questão é, especialmente, apresentar alguns dados das produções teóricas, registrando números e iniciativas acadêmicas que, ao nosso ver, indicam a consolidação desse novo campo. Para tanto, serão retomados e atualizados os esforços das pesquisas de Velasco (2019, 2020a, 2022b) e dos integrantes do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, em cujos trabalhos encontramos material fundamental para indicar a sistematização acadêmica da área nas últimas décadas.

Por último, faremos um balanço histórico e problemático sobre os últimos acontecimentos em torno do movimento de cidadania-filosófica. À guisa de conclusão, serão recuperadas algumas iniciativas, realizadas por uma subcomissão do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, que antecederam o mês Anpof e que nele também ressoaram. Além disso, realizaremos algumas problematizações referentes ao pleito da cidadania-filosófica na atualidade, a fim de pontuar alguns desafios ainda a serem enfrentados pelos pesquisadores e pesquisadoras da área para que a conquista da tão sonhada cidadania-filosófica *plena* seja alcançada. Certamente esta última implica, por um lado, a conquista institucional do campo Filosofia do Ensino de Filosofia, de modo que os grupos de pesquisa na área, e seus pesquisadores e pesquisadoras, que já há muito tempo fazem parte do território da filosofia acadêmica brasileira, mas que não possuem o reconhecimento institucional para suas pesquisas e projetos, possam se posicionar em igualdade com as demais áreas da filosofia acadêmica. Por outro lado, a autonomia do campo Filosofia do Ensino de Filosofia depende de uma convivência ética, política e epistemológica entre os próprios integrantes: soa-nos imprescindível que os/as agentes cultivem, coletivamente o campo, enraizando-se na própria geografia e historicidade dos grupos de pesquisa do ensino de filosofia, assim como se cultivem, na condição de grupos singulares com projetos próprios, no campo. É essa convivência dos/as inúmeros/as agentes participativos, que partilham e disputam um comum, que nos permitirá caminhar em direção à autonomia do campo, ao mesmo tempo em que fortalecerá as agendas do ensino de filosofia no Brasil.

Entre a cidadania-curricular e a cidadania-filosófica: a emergência de uma virada discursivo-filosófica no ensino de filosofia

Trata-se, quer me parecer, de um movimento de pensar filosoficamente o ensino da Filosofia. Um movimento em que os filósofos têm tomado para si a responsabilidade de pensar a prática

> *docente, em seus vários níveis. Um movimento de dar cidadania, no território da Filosofia, à problemática do ensino que, até aqui, só encontrava asilo no território da educação*
> (Silvio Gallo).

A epígrafe escolhida para a presente seção é extremamente significativa para a história recente das pesquisas sobre o ensino de filosofia no Brasil. No caso, trata-se de um excerto da apresentação, escrita por Sílvio Gallo, da coletânea *Ensino de Filosofia: teoria e prática* (2004), organizada para condensar, em memória escrita, alguns dos trabalhos apresentados no "I Simpósio sobre o Ensino de Filosofia da Região Sudeste", em 2002. Principalmente por conta da ambiguidade em torno da LDB/1996, o ensino de filosofia tornou-se o centro de muitos debates. Despertava a atenção de muita gente que, com sua presença não garantida como disciplina obrigatória do currículo da educação básica, mas com a possibilidade cada vez mais concreta de isso acontecer, endossava a movimentação em prol da obrigatoriedade da filosofia na escola. Entre os inúmeros abaixo-assinados, eventos e discussões públicas que defendiam a presença da filosofia, formou-se um grupo de professores e professoras de filosofia – ou "filósofos professores" (Gallo, 2004, p. 10) – que, sem abandonar a luta pela *cidadania-curricular* da filosofia na instituição escolar, preocupou-se também em dar *cidadania-filosófica* ao ensino de filosofia, isto é, em transformar o ensino de filosofia em um problema de pesquisa filosófico. Tratava-se de "um movimento de dar cidadania, no território da Filosofia, à problemática do ensino" (Gallo, 2004, p. 10).

A busca pela cidadania-filosófica para o ensino de filosofia teve início como um projeto coletivo em resposta à história das pesquisas acadêmicas brasileiras da área. Em toda a trajetória da filosofia universitária no Brasil, o ensino de filosofia ainda não tinha se constituído como uma preocupação genuína da comunidade filosófica *stricto sensu*. Por mais que existissem algumas discussões sobre o assunto, principalmente desde a problemática da formação acadêmica do/a filósofo/a – algo típico aos debates de desenvolvimento e consolidação da filosofia universitária no País

–, os filósofos e filósofas que se dedicam aos temas tradicionais da filosofia universitária não costumavam reconhecer o ensino de filosofia como objeto de pesquisa filosófica. Isso não quer dizer que os departamentos de filosofia e a comunidade filosófica não tenham, vez ou outra, escrito ou se preocupado pontualmente com a temática. Mas, até os poucos anos que antecedem o início da primeira década de 2000, pode-se dizer que as produções teóricas em torno da filosofia e de seu ensino são colaterais: escritos circunstanciais em resposta às demandas momentâneas, não tendo como centro irradiador um conjunto de pesquisas ou a inserção em uma agenda comum pela temática.

Como exemplo desse enunciado, pode-se fazer referência às movimentações subsidiadas pela Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) e por alguns departamentos de filosofia, as quais trouxeram à tona a discussão sobre o ensino de filosofia nos anos de 1970 e 1980. Num primeiro momento, o debate se concentrou no convencimento e explicitação para a sociedade, em geral, e para os responsáveis pela educação, em particular, da importância da filosofia na educação básica para a formação do cidadão, e da urgência de isso se efetivar. Em 1982, com a sanção da Lei n. 7.044/82 (revogada pela Lei n. 9.394, de 20.12.1996), há uma alteração na legislação que rege a educação, trazendo a filosofia como facultativa para o então chamado 2º grau. Com essa fresta na legislação, por um lado, houve uma ampliação nas produções que buscavam afirmar a importância do ensino da filosofia nesse grau de instrução, e por outro, a preocupação com o currículo, com os métodos e com a reimplementação da disciplina começaram a aparecer nas produções acadêmicas e nos materiais didáticos. Esse foi o caso das discussões ocorridas em São Paulo, publicizadas no livro *O ensino de filosofia no 2º grau* (Nielsen Neto, 1986). Nessa mesma época, foram elaborados livros didáticos – entre eles, o *Filosofando: introdução à filosofia*, de autoria de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, publicado em 1986 e bastante longevo, uma vez que ainda está vigente no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). De acordo com Gonçalves (2011), livros didáticos como o *Filosofando* foram os primeiros a marcarem uma preocupação direta dos

filósofos e filósofas acadêmicos com essa disciplina na educação básica, ou seja, fora da universidade.

No entanto, e a despeito das iniciativas mencionadas, não houve mobilização suficiente para criar, no cenário nacional, uma tradição de pesquisa para que o ensino de filosofia se tornasse um problema de relevância acadêmica. Conforme aponta Gallo (2015), isso só ocorrerá a partir do movimento dos *filósofos(as) professores(as)*:

> Por anos, a universidade brasileira calou-se sobre o ensino da filosofia no nível médio. É verdade que tivemos ações políticas pontuais importantíssimas, em especial a mobilização de professores e estudantes universitários no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980 em torno da defesa de uma "volta" da filosofia aos currículos da educação média. Tal mobilização resultou na publicação de artigos em jornais e em revistas acadêmicas e mesmo de alguns livros. Mas essa reflexão foi mobilizada em torno de uma questão pontual: a defesa da filosofia, de sua importância, de sua necessidade e as justificativas construídas para a afirmação dessa importância e necessidade. Contudo, isso não significou que o problema de ensinar filosofia e do aprender filosofia tenha sido tomado como uma tarefa séria a ser enfrentada. Muito menos que tenha sido tomado como um problema filosófico. Não chega a duas décadas a tomada em sério da questão do ensinar e do aprender filosofia como problema de pesquisa, como objeto de pesquisa filosófica séria (Gallo, 2015, p. 13).

Não obstante as ações políticas mencionadas – que resultaram na publicação de artigos em jornais e revistas acadêmicas, geraram alguns debates públicos e escritos de manifestos pelos departamentos de filosofia e ofereceram, em menor escala, algumas soluções programáticas para o retorno da disciplina –, a comunidade filosófica não se preocupou em criar condições para que o ensino de filosofia se tornasse uma problemática para a filosofia acadêmica, como eram as questões da Ética, da Política, da História da filosofia e das demais temáticas canônicas. Os debates, ações e

publicações supramencionados não se efetivaram em esforços para trazer a problemática do ensino de filosofia para o núcleo duro dos interesses das pesquisas em filosofia, a fim de outorgar *cidadania-filosófica* à problemática em questão dentro do campo da filosofia acadêmica brasileira. Em outras palavras, a comunidade filosófica absteve-se de criar um campo dentro da própria filosofia para pensar o seu ensino, seja oferecendo condições institucionais para a transformação do ensino de filosofia em objeto de pesquisa filosófico – como a criação de grupos de pesquisas, linhas nos programas de Pós-graduação em Filosofia, revistas e estratégias de divulgação bibliográfica etc. –, seja também pensando, com as próprias ferramentas filosóficas, as relações e tensões emergentes das práticas de ensinar e aprender filosofia.

Ora, pelo próprio modo como o debate foi conduzido, pode-se dizer que as abordagens filosóficas foram deixadas de lado para privilegiar a discussão desde o registro estritamente pedagógico da questão. E, tal como diz Danelon (2004, p. 346):

> [...] dependendo da forma que se aborde a questão, o ensino de filosofia pode envolver áreas distintas do saber. Pode constituir-se em objeto de pesquisa tanto para aqueles que trabalham com o saber pedagógico como para aqueles que trabalham com a filosofia.

Ou seja, ao invés da filosofia acadêmica problematizar o ensino de filosofia em interlocução com a tradição filosófica, ela optou – nas décadas de 1970 e 1980 – por abdicar do debate, "terceirizando" para a área da Educação a função de pensar a importância dessa disciplina, bem como a implicação filosófica que o problema do ensinar e aprender a filosofia poderia trazer para a formação em filosofia.

Esse cenário se repete em boa parte da década de 1990, momento em que há um arrefecimento do debate (Gallo, 2004) com o retorno facultativo da filosofia à escola. Assim, de maneira geral, o ensino da filosofia – nas décadas de 1970, 1980 e 1990 – se desenvolveu como um objeto problemático no território comum pedagógico, a fim de responder às demandas programáticas que envolviam o retorno facultativo da disciplina

em alguns estados, gestando uma produção teórica assistemática e com uma percepção quase que estritamente pedagógica para o problema de ensinar e aprender filosofia.

Vale ainda destacar que, na mesma época em que houve essas movimentações pelo ensino de filosofia, a Anpof estava a ser criada. Mesmo assim, essa comunidade nasceu, em 1983, ocupando-se dos problemas tradicionais da pós-graduação e não propriamente das questões da educação básica ou mesmo das pesquisas relacionadas ao ensino de filosofia (Alves, 2002, p. 52). Na realidade, somente cerca de duas décadas depois, especificamente em 2005, seria criado o GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, voltado para a temática do ensino de filosofia[3]. Esse grupo de trabalho tinha como objetivo, justamente, dar mais um passo na busca de *cidadania-filosófica* para o ensino de filosofia no âmbito da pós-graduação em Filosofia no Brasil, conforme se verifica no I Relatório GT Anpof 2005-2006:

> A criação do grupo de trabalho "Filosofar e Ensinar a Filosofar" é resultado de um longo processo durante o qual diversas pessoas contribuíram para explicitar à ANPOF sobre a importância do reconhecimento de um grupo que trabalhe sobre essa temática e, desta maneira, incorporasse como legitimamente filosófica uma área de trabalho de crescente expressão no Brasil e no mundo. No atual contexto da Filosofia e Educação brasileira é especialmente importante e significativa a existência de um grupo com esta expressão (Kohan, 2006, p. 1).

A criação do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofia* é fruto de um processo histórico e coletivo de desenvolvimento da área do Ensino de Filosofia, assumido a partir de uma perspectiva filosófica; um processo que não ocorreu somente em território brasileiro, pois foi gestado em diálogo com os pares latino-americanos. Na Argentina, por exemplo, o filósofo

[3] A proposta de criação do referido GT data de outubro de 2005 e a primeira reunião, no âmbito da Anpof, ocorreu em 2006, no evento nacional realizado em Salvador.

Alejandro Cerletti traz o ensino de filosofia como um de seus temas de pesquisa há algumas décadas. Sustenta, contudo, que a "questão do 'ensino de filosofia' não constituía um problema filosófico relevante" (Cerletti, 2009, p. 89) à comunidade acadêmica. Só recentemente que o ensino de filosofia se tornou um "campo complexo de problematização filosófica, com teoria e questões singulares" (Cerletti, 2009, p. 90). O próprio modo de desenvolver as pesquisas começa a promover, nas palavras de outro filósofo argentino, Gustavo Ruggiero (2012), "um giro filosófico", conferindo à problemática uma dimensão teórica antes não existente na Argentina. No caso brasileiro, o contexto da LDB/96 (como dito no primeiro parágrafo da presente seção) permite a organização político-filosófica dos professores/as filósofos/as que entendem que, diante da luta pela *cidadania-curricular*, há a necessidade de construir uma *cidadania-filosófica* para o ensino de filosofia, ou seja, criar um campo que, territorializado na própria filosofia, possa dar conta das complexidades e singularidades das questões emergidas do ensino e da aprendizagem desse saber.

O GT configura-se como um dos pontos de expressão do início dessa mudança de perspectiva, da emergência de uma *virada discursivo-filosófica* em relação às questões do ensino de filosofia. E grande parte de seus fundadores esteve presente naquele que pode ser considerado um marco histórico dessa organização acadêmico-filosófica: o I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia[4]. A proposta do evento está clara, seja pelo próprio nome escolhido para a coletânea do evento – Filosofia do Ensino de Filosofia –, seja pelas memórias de um de seus idealizadores[5], ou ainda, conforme inúmeras passagens do prefácio; estas ora ressaltam os objetivos do congresso de "explorar, filosoficamente, a didática do ensino de filosofia

[4] A importância do I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia e dos Fóruns Regionais é repercutida em diferentes textos. Conferir Gallo (2004, 2013); Alves (2007), Fávero *et al*. (2004).

[5] Segundo Gallo (2012), na época integrante do GESEF, Grupo de Estudos sobre o Ensino de Filosofia, responsável pela organização do evento na Unimep de Piracicaba, "o título do livro anuncia a tônica do que procuramos produzir com o congresso: um trabalho de natureza filosófica sobre o ensino de filosofia; ou, para dizer de outra maneira, tomar o ensino de filosofia como problema genuinamente filosófico" (Gallo, 2012, p. 14).

em seus vários níveis" (Cornelli, 2003, p. 9), ora destacam a intenção de singularização de um novo campo dentro do território da filosofia acadêmica, de maneira a trazer para dentro desse campo acadêmico não somente um novo objeto, o ensino de filosofia, mas também de forçar os seus próprios limites para produzir nele uma nova dobra, reinventando as identidades daquilo que é ou não filosófico, conforme ilustram as palavras de Cornelli (2003, p. 10):

> A uma leitura atenta não foge, porém, um ponto de convergência na diversidade [dos textos que compõem a coletânea] acima indicada, que surge na singularização de um campo de discussão que, pensando a filosofia como ensino, revela a necessidade da reflexão sobre sua função política, seu significado como *instrumento* de formação de homens e mulheres cidadãos. Este campo que podemos resumir nas intersecções da tríade filosofia-ensino-política, que encontraremos como pano de fundo conceitual em praticamente todas as contribuições a seguir, permite reconhecer à reflexão sobre o ensino da filosofia não somente um passaporte, ou uma "carteira de identidade" filosófica no interior da Filosofia (aquela dos grandes clássicos), mas – ao mesmo tempo – a definição de um outro lugar hermenêutico, um ponto de vista próprio, a partir do qual pensar a mesma filosofia. Isto é, após reafirmar mais uma vez que refletir sobre o ensino de filosofia é também ofício da filosofia, no lugar de uma simples reivindicação de um espaço dentro da filosofia para pensar o seu ensino, o *canteiro* de Piracicaba parece elaborar uma nova compreensão deste mesmo espaço.

Se uma Filosofia do Ensino de Filosofia compreende que o ensino de filosofia se torna ofício da própria filosofia, como tantos outros objetos caros à filosofia acadêmica, reconhece-se também a necessidade de recriar *filosoficamente* as coordenadas do campo filosófico, que terá como alvo uma relação que, até naquele momento da pesquisa universitária filosófica brasileira, não havia ainda tido espaço, a saber: *uma filosofia que se faz*

como ensino. Trata-se, sobretudo, de reinventar, na atualidade, um antigo compromisso ético e político do/da filósofo/a como educador/a, agora professor/a de filosofia, que faz da sua própria prática educativa um ato filosófico. Os professores e professoras de filosofia se tornam, então, genuínos filósofos/as, cuja expressão se faz imanente às suas atuações docentes. Será filósofo/a ao assumir um compromisso teórico-filosófico com as questões do ensino de filosofia, e também, será filósofo/a ao se fazer um/a filósofo/a professor/a em sala de aula. Sobre isso, Rodrigues e Gelamo (2021, p. 843) escrevem:

> Quando as práticas educativas com a filosofia são dimensionadas como um problema realmente filosófico, o seu exercício exigiria de seus agentes um compromisso com a pesquisa filosófica. Ensinar e aprender filosofia, pela especificidade filosófica que os envolve, impele o professor a adentrar ao registro teórico e tensionar os pressupostos e as implicações de suas práticas. Mas não só isso. Uma filosofia do ensino de filosofia exige um compromisso com o filosofar, de tal forma que as salas de aulas, ou espaços educacionais, sejam o espaço por excelência da prática filosófica e os professores e estudantes sejam filósofos por excelência.

Mas a abertura – ou invasão – do campo filosófico, de modo a disputar e remodelar o território de acordo com o novo objeto (ensino de filosofia) e da reinvenção de suas práticas, fazendo uso de suas ferramentas filosóficas para outras finalidades que não as usuais, não se viabiliza em ações individuais ou em práticas filosóficas em sala de aula: faz-se necessário um esforço acadêmico *coletivo*. Embora fossem muitas as barreiras – principalmente por conta do descaso da maioria dos departamentos de filosofia do país com a questão e da rarefeita produção bibliográfica – o momento do país era singular: a imprecisão da LDB/96 sobre o lugar da filosofia no projeto de formação do cidadão e a aprovação pelo Congresso Nacional e respectivo veto do presidente da República em 2001 do Projeto de Lei nº 3.178/97 (que procurava consolidar a filosofia e a

sociologia o currículo do ensino médio brasileiro), criavam a conjuntura política precisa para agenciar, academicamente, professoras e professores de filosofia e demais interessados no assunto.

Desse modo, inspirados nas organizações das universidades no Sul do País, que já haviam criado o Fórum Sul de Coordenadores de Filosofia[6], as/os participantes do I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia se propuseram a promover os fóruns regionais (Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste), fazendo uso de alguns grupos já existentes para ampliar a organização e o debate entre os/as professores/as sobre o ensino de filosofia no Brasil. Simultaneamente aos fóruns e seus respectivos eventos, estimularam-se a construção de um novo corpus bibliográfico disciplinar filosófico – o que ocorreu não só pela publicação das principais comunicações e conferências dos fóruns regionais, mas também através da abertura de debates em dossiês temáticos, coletâneas e a formação de novos quadros de pesquisas de mestrado e doutorado sobre o assunto. Esses indicativos estão marcados na coletânea do referido congresso:

> Restaram indicativos de continuidade e vários projetos concretos, como os de organizar fóruns de professores de filosofia em nível regional, da oportunidade de realizar em breve um II Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, de redobrar o esforço para a realização de novas publicações nesta área, de criar linhas de pesquisa específicas sobre o ensino de filosofia em nível de pós-graduação (Cornelli, 2003, p. 14).

O mencionado II Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia seria organizado apenas em 2012. Todavia, oito anos após a sua primeira edição, a filosofia retorna à educação básica. Sendo assim, os professores e professoras filósofos, que se somaram aos esforços de sociólogos/as e de suas associações, atingiram parte do objetivo desse congresso:

[6] Alguns elementos históricos e uma análise dos discursos produzidos pelo Fórum Sul e seus respectivos eventos são encontradas no texto de Tomazetti e Benetti (2015). Dentre todos os outros fóruns, acabou por ser o mais longevo, contribuindo com uma produção bibliográfica significativa. Ao todo, foram publicadas nove coletâneas, uma para cada evento.

conquistaram, enfim, a tão desejada cidadania-curricular para filosofia na educação básica. Entretanto, teriam conseguido, ao fortalecer os elos regionais e nacionais, dar início a um campo que pensasse filosoficamente as questões da filosofia e seu ensino?

Em termos bibliográficos, não há dúvida de que houve um grande incremento. Antes da metade da década de 1990, ao analisarem o contexto desse período na Apresentação da obra *Filosofia no Ensino Médio*, Gallo e Kohan (2000a, p. 7) chegam a afirmar que "a bibliografia é parca, [...] a produção filosófica sobre o ensino de filosofia, entre nós, ainda é praticamente nula". Essa realidade seria transformada com o desenvolvimento dos fóruns regionais e congressos nacionais especializados na área, os quais promoveram uma produção sem igual na realidade brasileira. Aliás, o aumento exponencial do número de publicações e, consequentemente, de pesquisas, já era identificado no início de toda essa movimentação pelos próprios agentes integrantes do processo. Ainda no I Simpósio sobre Ensino de Filosofia da Região Sudeste, Gallo (2004, p. 11) observa que:

> Programas de Pós-Graduação têm aberto linhas de pesquisas sobre essa temática e dissertações e teses têm sido feitas nessa área; livros estão sendo publicados, desde textos de reflexão e problematização até material didático e paradidático.

Esse aspecto também é assinalado pelos organizadores da sexta edição do Simpósio Sul-Brasileiro. De acordo com Maamari, Bairros e Weber (2006, p. 12), o "esforço coletivo dos professores/pesquisadores, que têm sistematicamente ou significativamente se dedicado ao tema da Filosofia e Ensino", fornecem o fomento teórico de pesquisa e reflexão sobre as práticas de ensinar e aprender filosofia, de modo a ocupar o "importante papel de preencher a lacuna bibliográfica ainda existente em nosso meio" (Maamari; Bairros; Weber, 2006, p. 12). As observações de Alves, em sua participação no I Simpósio sobre o Ensino de Filosofia (Simphilo), realizado em Campinas e organizado pelo Grupo de Pesquisas Paideia (Unicamp), vão na mesma direção:

> A contribuição da área de filosofia foi mais acadêmica do que política, por assim dizer. [...] Merece o destaque o fato de que estes movimentos [acadêmicos] geraram e continuam a gerar eventos, publicações e pesquisas de mestrado, doutorado e monografias de conclusão de curso sobre o tema do ensino de Filosofia sob os mais variados enfoques, contribuindo muito para o enriquecimento do debate (Alves, 2009, p. 46-48).

Na sequência de suas reflexões, Alves (2007, p. 48), ao reconhecer o enriquecimento no debate, comenta que ainda "resta ver qual aprendizado é possível extrair disso tudo". Para ele, apenas com a obrigatoriedade da disciplina alcançada seria possível, enfim, "debruçar-se propriamente sobre questões tidas como mais filosóficas – por exemplo, sobre a filosofia do ensino de Filosofia, sobre problemas metodológicos, didáticos, de formação de professores de Filosofia, sobre os livros didáticos etc." (Alves, 2007, p. 49). Porém, será que a potência desse agenciamento coletivo de professoras/es de filosofia se reduziu à luta pela cidadania-curricular?

Por ainda não ser uma disciplina obrigatória, muito do debate das décadas anteriores retorna à cena de discussão. Segundo Fávero (2002), em sua participação no II Simpósio Sul-Brasileiro, se mais de duas décadas separam as discussões dos anos de 1970 e 1980 do debate contemporâneo, grande parte das proposições feitas constituem ainda chavões: "a luta pela obrigatoriedade de sua inclusão nas grades curriculares, a concepção redentora de que seu retorno representa a 'tábua de salvação para a educação', a compreensão de que ela é uma superdisciplina" (Fávero, 2002, p. 430).

Certamente que, dentro dessa movimentação, muito daquilo que se produziu permaneceu preso aos lugares-comuns de discussão[7]. Exemplo disso é a quantidade considerável de textos defendendo a presença da filosofia na educação básica em razão de seu importante papel crítico na formação do cidadão, o que leva Kohan (2007, p. 62) a afirmar, em seu texto publicado na coletânea do VII do Simpósio Sul-Brasileiro, que "É alarmante

[7] Cf. o capítulo de Gallo e Kohan (2000b, p. 174-196) intitulado "Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a Filosofia no Ensino Médio", publicado na coletânea organizada pelos autores.

a tranquilidade com que tantos professores de filosofia acolhem a finalidade cidadã outorgada para o ensino de filosofia pela legislação educacional".

No entanto, concomitantemente à luta pela cidadania-curricular emerge também uma série de discussões diretamente envolvidas com as questões de cunho filosófico que atravessam esse novo campo em gestação. Ao que a literatura indica, teríamos dado início a um corpus disciplinar filosófico sobre os problemas de ensinar e aprender filosofia. As palavras de Gallo e Kohan (2004), escritas na apresentação do dossiê especial dedicado ao ensino de filosofia da revista *Cadernos Cedes*, reiteram essa tese: "se fosse verdade que os debates do ensino de filosofia se concentram na defesa de uma obrigatoriedade, algo de muito pouco filosófico estaria tomando quase toda a cena. Felizmente, pensamos que as coisas não são tais" (Gallo; Kohan, 2004, p. 254). Outro texto do supramencionado dossiê, escrito por Danelon, reafirma essa perspectiva. Para o autor, o adensamento da produção de conhecimentos sobre o assunto e sua cristalização no início do século revela que "o ensino de filosofia tem se constituído como uma área de pesquisa bastante fecunda e frutífera para os filósofos que se dedicam ao tema" (Danelon, 2004, p. 346). Isso porque, mesmo que mesclados aos discursos de seu valor formativo, de uma defesa pela aprovação definitiva da filosofia, há a emergência de pesquisas filosóficas com a temática. Como afirma Gallo (2015, p. 14),

> Por mais de uma década, após a LDB, a tomada em questão do ensinar e do aprender filosofia permaneceu ainda mesclada com o debate em torno de sua justificação, da afirmação de sua importância, como atos políticos numa luta definitiva. Mas, aos poucos, foi se consolidando também um trabalho de pesquisa em torno do ensino desta disciplina, tomado como genuíno trabalho filosófico, digno de ser enfrentado e pensado com ferramentas filosóficas e não apenas pedagógicas.

Ora, foi a percepção dos limites, mas também da importância do agenciamento acadêmico em prol da cidadania-curricular que permitiu a emergência de novas coordenadas no território da filosofia acadêmica, de

forma a gestar um novo campo. Quem também faz esse diagnóstico é Ana Wuensch. Em sua participação no VII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia, ela afirma:

> O que está nascendo é um campo, constituído por uma comunidade que debate a defesa do ensino de filosofia, desde o seu estatuto filosófico; e isto implica levar em conta a realização da Filosofia como uma atividade que se especifica, por sua vez, nos contextos sociais que possam abrigá-la em espaço e tempo próprios (Wuensch, 2007, p. 96).

Portanto, o que esse incremento bibliográfico indica é o início da constituição de um campo filosófico, no qual surge uma nova comunidade de filósofas/os-professoras/es, preocupada com o desenvolvimento teórico-filosófico do ensino de filosofia, e que passa a se dedicar, filosoficamente, à temática; e, interagindo entre si, elabora um corpus disciplinar específico. Por essa razão, a passagem do final da década de 1990 à primeira década dos anos 2000 torna-se muito relevante para o ensino de filosofia brasileiro. Ao passo que se conquista uma cidadania-curricular (retomando-se um espaço na escola do qual jamais deveria ter saído), as/os professoras/es filósofas/os vão abrir também espaço em um território, em muitos casos, ainda hostil: o da própria comunidade filosófica. Ao criarem uma cidadania-filosófica para o ensino de filosofia, esses professores e professoras promoveram uma virada discursivo-filosófica no ensino de filosofia. Se esse "giro filosófico" (Ruggiero, 2012; Agratti, 2008; Cerletti, 2009) já teria ocorrido anteriormente nos nossos vizinhos da América Latina, os anos de 1990 e 2000 marcam o início dessa mudança de eixo problematizante do ensino de filosofia no Brasil.

O ensino de filosofia, daí em diante, já não seria um assunto somente da ordem pedagógica e dos campos disciplinares da educação, não obstante o caráter transversal da temática, que envolve campos de conhecimentos outros que não só o filosófico (Velasco, 2022a). Agora, o ensino de filosofia é transformado em um problema filosófico a ser trabalhado e pensado dentro do território da filosofia, constituindo, enfim, cidadania-filosófica para o

ensino de filosofia, garantido pelas coordenadas de um novo campo: a *Filosofia do Ensino de Filosofia*.

A cidadania-filosófica acima referida ofereceu condições teóricas e disciplinares para a continuidade das pesquisas na área nos anos seguintes, momento em que, segundo Velasco (2020b, p. 31), "assistiu-se, na década de 2008 a 2018, à consolidação das iniciativas de ensino, pesquisa e extensão na área (Filosofia do) Ensino de Filosofia". Embora as pesquisas sejam realizadas desde o final da década de 1990, a autora defenderá que a consolidação da temática como campo de pesquisa autônomo e profissional se constituirá posteriormente, justamente porque a produção acadêmica tem um aumento considerável e é realizada com maior sistematicidade e de maneira descentralizada, a ponto de transformar o ensino de filosofia em objeto filosófico nos mais diferentes núcleos de pesquisa no Brasil. Com o retorno da filosofia à educação básica, a implementação de programas de aperfeiçoamento e valorização docente, a consolidação do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, a criação de dois mestrados profissionais e revistas específicas da área, publicações e eventos periódicos – cujo balanço será apresentado na seção procedente –, o ensino de filosofia se tornou um compromisso acadêmico da comunidade filosófica, constituiu-se, assim, um dever de ofício de muitos filósofos e filósofas no Brasil. E, apesar das diferenças existentes entre os pesquisadores e pesquisadoras da área, o ensino de filosofia ser tratado como problema filosófico é um dos aspectos que os unem (Velasco, 2020b, p. 14).

Breve histórico das produções sobre Ensino de Filosofia no Brasil: a consolidação de um campo de conhecimento

Observa-se, até aqui, que o movimento de busca de cidadania-filosófica para o ensino de filosofia tem duas camadas ou dois eixos centrais. A primeira delas diz respeito à virada discursivo-filosófica: uma série de ações e produções que tenta modificar o eixo teórico de discussão sobre a problemática do ensino de filosofia, criando um campo de reflexão na e a

partir da própria filosofia. Desloca-se, portanto, o eixo teórico por meio do qual o debate se dá: antes centrado nos campos disciplinares tradicionais da educação, a partir do final dos anos 1990, em diálogo com a defesa da filosofia nas escolas e com os pares latino-americanos, passa-se a teorizar filosoficamente o ensino de filosofia, tomando-o como um problema genuinamente filosófico[8].

A segunda camada do movimento de luta pela cidadania-filosófica para o ensino de filosofia, por sua vez, inicia-se em 2019, momento no qual principia um movimento em prol da institucionalização não da disciplina escolar, mas do campo teórico-filosófico do ensino de filosofia. Certamente, essa luta é coletiva, assim como era também anteriormente; todavia, é possível identificar um ponto de partida, a saber, a pesquisa de pós-doutorado de Patrícia Velasco, realizada sob a supervisão de Rodrigo Gelamo. O projeto intitulado "A constituição do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: mapeamento da área na década de 2008 a 2018" partia da hipótese de que já há, no Brasil, uma área de conhecimento que podemos intitular de Ensino de Filosofia ou Filosofia do Ensino de Filosofia, a qual – refletindo filosoficamente sobre a prática docente, a formação de professores e as questões imanentes à ensinabilidade e à aprendibilidade da filosofia – abarca produções bibliográficas e técnicas localizadas na interface entre a filosofia e seu ensino. Sustentava, igualmente, que a despeito de uma prática social em/sobre ensino de filosofia, a área em questão não goza de um reconhecimento acadêmico nacional mais amplo, fato este comprovado pela ausência do ensino de filosofia seja como linha de pesquisa nos programas de pós-graduação acadêmicos, seja como área de conhecimento nas principais agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no País. A pesquisa objetivava, portanto, discutir o modo de constituição do Ensino de Filosofia como área de conhecimento na década de 2008 a 2018, problematizando as concepções de formação docente e de ensino filosófico que a caracterizam.

[8] Nem por isso se deixa de considerar que o ensino de filosofia é um campo de interface entre teoria e prática, entre a filosofia e a educação – atravessado, portanto, por questões práticas e escolares (Velasco, 2022a).

Para defender a existência de um campo de pesquisa, Velasco (2020a) optou por mapear e apresentar as produções acadêmicas daquele que, como anteriormente citado, hoje se tornou o principal grupo de trabalho sobre o ensino de filosofia no Brasil: o GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*[9]. Na obra *Filosofar e ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018*, fruto da pesquisa em questão, a autora afirma sobre o crescimento e a consolidação da área:

> Ao ser fundado, o GT coroava e dava voz a um trabalho de pesquisa que já tinha ao menos uma década (como mostra o acervo recolhido de 1997 a 2007); ao se expandir e se fortalecer [na década de 2008 a 2018], o grupo de trabalho da ANPOF *Filosofar e Ensinar a Filosofar* inclui definitivamente as relações entre Filosofia e Ensino de Filosofia no escopo das pesquisas filosóficas desenvolvidas no Brasil – consolidando uma subárea de conhecimento (Velasco, 2020a, p. 525-526).

Aquele projeto coletivo de assumir filosoficamente o ensino de filosofia como problema de pesquisa foi a tal ponto levado a cabo que nos força, enquanto atores do campo, a agenciar um novo projeto, em busca do reconhecimento institucional para as pesquisas já existentes do campo. Assiste-se, nesse sentido, a uma segunda guinada no/do campo em questão: cerca de duas décadas depois do marco inaugural representado pelo I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, a pesquisa de Velasco escancara os números das produções e a consolidação destas últimas, forçando-nos a pleitear a legitimidade institucional – necessária legitimidade para a obtenção de fomento, para a autonomia do campo diante de possíveis mudanças de políticas educacionais e, igualmente, para a

[9] Segundo Velasco (2020a), mapear o estado da arte do ensino de filosofia no Brasil não é uma tarefa simples, principalmente no que diz respeito a encontrar e enumerar toda a produção acadêmica sobre o assunto, a qual, em muito dos casos, se dispersa entre produções situacionais de professores que, vez ou outra, dedicam-se academicamente a projetos relacionados ao ensino de filosofia. Por essa razão, sua estratégia foi, inicialmente, se concentrar na produção acadêmica do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, grupo que, há mais de uma década, vem se dedicando à pesquisa acadêmica sobre o tema em programas de pós-graduação.

garantia de uma avaliação justa pelos pares (uma vez que, agora, há uma vasta e profícua literatura específica da área).

Mas quais são essas produções e ações mencionadas que nos permitem atestar a consolidação de um campo de conhecimento? Passemos, pois, ao breve histórico de identificação destes dados.

Um primeiro esforço de mapeamento do estado da arte da Filosofia do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento foi publicado no número inaugural da Revista Estudos de Filosofia e Ensino (Velasco, 2019). Revisitamos, na presente seção, as informações compartilhadas no artigo em questão, acrescendo e atualizando dados e números.

O marco temporal de criação de um debate e de uma agenda para o campo assinalado na primeira seção do presente texto baliza, igualmente, o início das produções mais sistemáticas na área. Coleções como Filosofia na Escola (Vozes), lançada em 1999, e Filosofia e Ensino (Unijuí), Filosofar é Preciso (Loyola) e Ensino de Filosofia (Autêntica), na década seguinte, reuniram textos fundamentais para propagar e discutir questões sobre a filosofia e seu ensino. Nestes (pouco) mais de 20 anos, apesar da descontinuidade das coleções supra referidas, contabilizam-se mais de 80 coletâneas editadas sobre o tema, atestando que o capítulo de livro é um dos formatos preferidos entre aquelas e aqueles que pesquisam o ensino e a aprendizagem em Filosofia: são cerca de 540 os textos publicados como capítulos, recolhidos pelo GT da ANPOF *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, de autoria de seus integrantes[10].

Nas duas décadas de constituição e consolidação da área, os membros do GT da Anpof *Filosofar e Ensinar a Filosofar* também publicaram cerca de 170 livros sobre/em ensino de filosofia e 270 trabalhos completos em anais de eventos, além de serem responsáveis por 145 projetos

[10] As coletâneas, capítulos e demais produções mencionadas neste artigo estão indicadas no acervo recolhido por uma comissão do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar* e publicizadas na página institucional do LaPEFil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia. (Disponível em: https://lapefil.pesquisa.ufabc.edu.br/acervo/. Acesso em: 8 set. 2022.) Agradecemos especialmente às/aos colegas Américo Grisotto, Felipe Pinto, Jéssica Erd e Marcelo Guimarães pelo trabalho realizado, sem o qual não poderíamos precisar/mensurar as produções da área.

de pesquisa e liderarem 17 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, os quais são vinculados às seguintes instituições: Cefet/RJ, UEL, UERJ, UERN, UFABC, UFAL, UFBA, UFCG (2), UFMA, UFMG, UFPB, UFPE, UFSM, UNESP(3).

As produções em formato de artigo também são representativas da consolidação do campo de conhecimento Filosofia do Ensino de Filosofia. Integrantes do GT publicaram cerca de 500 artigos científicos de 1997 a 2021, produções assinadas por 57 pesquisadoras e pesquisadores, de Caicó, no Rio Grande do Norte, à Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A pluralidade de autorias e a diversidade regional mostram a capilarização da temática em território nacional e indicam a efetiva consolidação do campo da Filosofia do Ensino de Filosofia[11].

Outro aspecto a ser considerado é que, se até pouco tempo eram basicamente as revistas na interface entre as áreas de Filosofia e de Educação que acolhiam com maior frequência os textos sobre ensino de filosofia – com especial destaque para a Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (UnB) e a Revista Educação e Filosofia (UFU) –, hoje temos três periódicos dedicados exclusivamente à temática: Revista do NESEF Filosofia e Ensino (UFPR), Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFilo (UFSM) e Revista Estudos de Filosofia e Ensino – EFE (PPFEN/CEFET-RJ), as quais contemplam não só artigos, resenhas e entrevistas, como também relatos de experiência – gênero usualmente presente em periódicos de Ensino e de Educação, mas dificilmente admitido em revistas da área de Filosofia. De todo modo, a própria ausência da temática do ensino de filosofia em periódicos de filosofia tem sido repensada, uma vez que o número de dossiês temáticos aumentou significativamente nos últimos anos: em 2002, 2004, 2006 e 2008 foram publicados 1 dossiê temático em cada

[11] Para um comparativo dos números de produções da(o)s integrantes do GT nas décadas imediatamente anterior e posterior à obrigatoriedade da disciplina de Filosofia no ensino médio, sugerimos a leitura do capítulo "Sobre os números do GT filosofar e ensinar a filosofar: a consolidação de uma área de pesquisa", de Patrícia Velasco (2020a, p. 516-527).

ano; em 2010 e 2011, 2; em 2012 e 2015, 3; em 2016, 1; em 2017 e 2018, 3; em 2019, 6 e em 2020, 5, somando 34 dossiês[12].

Os eventos que contemplam a temática do ensino de filosofia ou são exclusivamente a esta dedicados corroboram a compreensão do tema como objeto de pesquisa. Do primeiro rol, são representativos os seguintes encontros: Colóquio Internacional de Filosofia da Educação (CIFE) (11ª ed./2022), Simpósio Internacional em Educação e Filosofia (SIEF) (8ª ed./2019), Congresso Internacional da Sociedade de Filosofia da Educação dos Países de Língua Portuguesa (SOFELP) (8ª ed./2021) e Congresso Latino-americano de Filosofia da Educação (ALFE) (5ª ed./2019-2021). Sobre os eventos especificamente voltados à temática, são infindáveis as iniciativas. Elencamos algumas daquelas que possuem regularidade ou tiveram repercussão na constituição do campo, ordenados a partir da data da primeira edição: Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia (2000; 2012); Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia (2001-2010); Fórum do Ensino de Filosofia do Centro-Oeste (2001-2004); Fórum Sudeste de Ensino de Filosofia (2002-2004); Fórum Norte-Nordeste do Ensino de Filosofia (2004) ; Encontros do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar* (desde 2006); Simpósio sobre Ensino de Filosofia (SIMPHILO) (2007, 2009, 2013); Olimpíadas de Filosofia (RS desde 2008, SP e PR desde 2011, RJ desde 2013); Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Filosofia e Filosofia da Educação (ENPEFFE) (2011-2013); Jornada de Ensino de Filosofia de Caicó (JENFIC) (desde 2011); Simpósio Estadual sobre o Ensino de Filosofia da UERN (SIMPHILO) (desde 2011); Seminário de Filosofia da UFAM (2011-2018); Encontro Anpof Educação Básica (desde 2012); Encontro Nacional PIBID-Filosofia (2013-2017); Jornada de Filosofia e Ensino do PPFEN-Cefet/RJ (desde 2018), Encontro Nacional do Prof-Filo (desde 2018); Encontro Cearense de Professores de Filosofia (desde 2019); dentre outros.

Apesar de reconhecermos o papel de cada evento acima citado para a construção do campo de pesquisa da Filosofia Ensino de Filosofia, menção

[12] Para o acervo completo, cf. https://lapefil.pesquisa.ufabc.edu.br/dossies-e-coletaneas/.

especial deve ser feita aos encontros do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, organizados anualmente (em anos pares, no âmbito do Encontro Nacional da Anpof). Em 2022, tivemos a 15ª reunião do GT, grupo de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia que congrega pesquisadoras e pesquisadores que assumem o Ensino de Filosofia como problema de pesquisa, orientando trabalhos na pós-graduação (seja em programas acadêmicos ou profissionais). O grupo possui 61 integrantes desde outubro de 2022, sendo 3 professores eméritos, 30 membros do núcleo de sustentação e 28 do núcleo de apoio. Para acesso ao detalhamento dos eventos realizados e das publicações coletivas do grupo, bem como às produções individuais dos seus membros até 2018, a leitora e o leitor podem consultar a já citada obra de Velasco (2020a) sobre o GT[13].

A consolidação da Filosofia do Ensino de Filosofia passa também – e necessariamente – pelo desenvolvimento da temática nos programas de pós-graduação. Na última década, foram criados dois programas profissionais voltados à temática: o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN), do Cefet/RJ, em 2015, e o Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo), em rede nacional, em 2017. Na Plataforma Sucupira, até meados de 2021, contabilizavam-se 38 dissertações defendidas no PPFEN e 209 no Prof-Filo, além de 18 realizadas em outros programas profissionais e que contemplam Ensino de Filosofia em seu escopo. Mas estaria o campo da Filosofia do Ensino de Filosofia encerrado na dimensão profissional das pesquisas? As dissertações e teses acadêmicas defendidas sobre a temática, a despeito de não haver uma única linha de pesquisa nos programas de pós-graduação que contemple o ensino de filosofia em seu bojo, permitem respondermos negativamente à questão. Isso porque, desde a primeira dissertação acadêmica defendida, em 1989, outras 238 foram apresentadas sobre a temática, até meados de 2021. A esmagadora maioria de pesquisas (216 delas) foi desenvolvida em programas de pós-graduação em Educação (216); as demais, distribuídas

[13] Na obra em questão, são também apresentados os números do crescimento da área em termos do significativo aumento das produções e demais ações dos membros do GT.

nos seguintes programas: Interdisciplinar/Ensino (12), Filosofia (3), Interdisciplinar/Relações Étnico-Raciais (2), Psicologia (1); Bioética (1), Processos Socioeducativos (1), Integrado em Desenvolvimento Regional (1), Ciências Humanas (1), Comunicação (1).

Sobre as teses (acadêmicas) sobre Ensino de Filosofia, por sua vez, temos a seguinte descrição:

> [...] data de 1992 [a primeira] e desde então outras 52 foram somadas a esta pesquisa inaugural. Desses 53 trabalhos, 5 foram defendidos em Programas de Pós-Graduação em Filosofia e 48 em Programas de Pós-Graduação em Educação (embora orientados, em grande medida, por filósofas e filósofos de formação). A aludida capilarização das discussões sobre Ensino de Filosofia é notada no número de instituições em que as teses foram realizadas. Os Programas de Pós-Graduação (PPGs) de Filosofia são todos sediados em instituições públicas e se concentram nas regiões Sul (UFSC e UFSM) e Sudeste (UFRJ (2) e USP). As instituições de ensino superior às quais pertencem os PPGs de Educação em que as teses aqui enumeradas foram defendidas, por sua vez, apresentam maior diversidade regional (além das regiões Sul e Sudeste, inclui-se a região Nordeste) e orçamentária (além de instituições públicas federais e estatais, verificam-se instituições privadas, com e sem fins lucrativos): PUC-RJ (1), UERJ (3), UFBA (1), UFF (2), UFMG (3), UFPB (1), UFPE (1), UFPel (3), UFPI (1), UFPR (3), UFRN (1), UFRS (1),UFSCar (1), UFSM (2), UNESP (5), UNICAMP (9), UNINOVE (1), USF (1) e USP (4) (Velasco, 2022b, p. 40).

Como supramencionado, a coleta dos dados aqui apresentados teve início a partir da pesquisa de Velasco e acabou por ser ampliada pelo esforço coletivo de outros pesquisadores da área. A publicização dos resultados da pesquisa junto à comunidade filosófica acabou por mobilizar duas outras ações entre os pares, a saber: a abertura do debate sobre o estatuto epistemológico do campo (Velasco, 2022a) e, outrossim, supra referido movimento de institucionalização da Filosofia do Ensino de Filosofia como

subárea de pesquisa filosófica. Os contornos, desdobramentos e problematizações do referido movimento são o mote da seção subsequente.

Por uma cidadania-filosófica do campo da Filosofia do Ensino de Filosofia: problematizações à guisa de conclusão

A partir de 2021, o problema de pesquisa proposto por Velasco foi coletivamente abraçado: uma subcomissão do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, composta pelos professores/as Américo Grisotto (UEL), Augusto Rodrigues (UNESP), Darcísio Muraro (UEL), Felipe Pinto (Cefet-RJ), Flávio Carvalho (UFCG), Jéssica Erd (UFSM), Lara Sayão (SEE-RJ), Leoni Henning (UEL), Marcos von Zuben (UERN), Patrícia Velasco (UFABC), Rodrigo Gelamo (UNESP) e Taís Pereira (Cefet-RJ), reuniu-se com periodicidade mensal para debater o estatuto epistemológico do campo e caminhos para a institucionalização da Filosofia do Ensino de Filosofia dentro da árvore do conhecimento das agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

De fevereiro a novembro de 2021, foram realizadas 11 reuniões da subcomissão. Nestas, o grupo discutiu o estatuto epistemológico da área e ações conjuntas para fomentar o tema, assim como realizou uma força-tarefa para ampliar o acervo já coletado da área[14]. Na reunião do dia 9 de setembro de 2021, o grupo contou com a presença do Rodrigo Duarte (UFMG), coordenador adjunto do Comitê de Filosofia da CAPES (de 2000 a 2005) e membro do CA-Filosofia do CNPq (de 2010 a 2013, tendo sido coordenador deste comitê nos últimos seis meses do seu mandato). Duarte também foi um dos responsáveis pelo processo de inclusão da subárea Estética e Filosofia da Arte junto ao CNPq, esclarecendo à comissão do GT a respeito dos trâmites institucionais almejados pelo grupo.

[14] Notadamente, a comissão foi responsável pela criação de uma lista de coletâneas e dossiês sobre Ensino de Filosofia, a compilação de dissertações (acadêmicas e profissionais) e teses extraídas da Plataforma Sucupira (Capes), e o mapeamento dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq).

A ação conjunta de maior repercussão da comissão foi a realização da mesa "Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: revendo o cânone filosófico" e a participação no fórum "Cânone - uma proposta de debate" – atividades que integraram a programação do "Mês Anpof Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo", realizado na página institucional e no canal do Youtube da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia durante o mês de outubro de 2021[15]. Para a mesa, além de Patrícia Velasco, foram convidados os professores Paulo Margutti Pinto[16] (FAJE) e Silvio Gallo (Unicamp), este último integrante e um dos fundadores do GT. Para o fórum de debate foram produzidos dois textos: "O Ensino de Filosofia em números: a consolidação de um campo de conhecimento", da própria Velasco, e "Filosofia do ensino de filosofia: por uma cidadania-filosófica", assinado por Augusto Rodrigues e Rodrigo Gelamo[17].

Os trabalhos da comissão no ano de 2021 terminaram com a veiculação do "Manifesto em defesa da Filosofia do Ensino de Filosofia

[15] Até o fechamento do Boletim Anpof Especial de 3 de novembro de 2021 (ou seja, poucos dias depois do encerramento das atividades), as mesas do mês de outubro – além da conversa sobre o cânone, foram realizados um debate sobre a Filosofia no contexto do Novo Ensino Médio e uma homenagem ao professor Marcos Antônio Lorieri – tinham sido visualizadas por mais de duas mil e novecentas pessoas. Cabe notar que, durante as transmissões, 21 (AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SP, SE, TO e DF) dos 27 estados brasileiros estiveram representados nos chats.

[16] Apesar de não estar envolvido diretamente com as questões e com as iniciativas específicas do campo Filosofia do Ensino de Filosofia, Margutti é um importante nome para a discussão sobre a filosofia acadêmica brasileira, especialmente no que diz respeito às práticas e aos pressupostos nela canonizados. Portanto, convidá-lo ao nosso debate foi uma oportunidade que encontramos para discutir a cidadania-filosófica para o ensino de filosofia, de maneira a problematizar os limites institucionais da filosofia como área.

[17] Todas as produções que compõem o "Mês Anpof Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo" estão publicizadas na página institucional da Anpof (Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/boletim/boletim-especial-ensino-de-filosofia-por-uma-cidadania-filosofica-do-campo. Acesso em: 9 jun. 2022). Foram posteriormente publicadas, em arquivo único, como seção especial do volume 8 da Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFilo (Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/69947. Acesso em: 8 set. 2022).

como subárea de pesquisa filosófica"[18], documento publicado em nome do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar* e que tem como intuito coletar assinaturas de pesquisadoras e pesquisadores de todos os níveis de ensino em prol do reconhecimento e da inclusão da Filosofia do Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa filosófica.

Ao nosso ver, todo esse acúmulo e essa movimentação coletiva dos últimos anos possibilita-nos dizer que está em curso no Brasil a busca por uma cidadania filosófico-institucional para o ensino de filosofia. O acervo recolhido sobre a temática, assim como o interesse de pesquisadores e pesquisadoras por uma atuação sistemática no campo, justifica a busca dos caminhos institucionais e políticos para a legitimação da Filosofia do Ensino de Filosofia na comunidade filosófica e na pós-graduação brasileira. Entretanto, se a autonomia acadêmica do campo só pode ser conquistada face ao reconhecimento e acolhimento institucional, condição que alavancará ainda mais o desenvolvimento das produções acadêmicas dessa subárea, é bem verdade que a instituição de um campo autônomo passa também por um esforço epistemológico, ético e político de seus próprios integrantes, os quais necessitam estabelecer uma *convivência* em comum com o campo, fincar suas raízes nesse território para nutrir-se dele e coproduzir com as pesquisas já existentes.

Observando as produções acadêmicas sobre o assunto, poderíamos indagar, primeiramente: seria o volumoso número de ações, publicações e pesquisadores/as na área suficiente para outorgar a almejada institucionalização da área? Por mais que os números indiquem uma dedicação dos atores em pensar para os problemas do ensino da filosofia, em que medida as referidas ações e publicações efetivamente problematizam, dialogam, assumem e expressam a perspectiva filosófica do ensino de filosofia inaugurada com a virada discursivo-filosófica das pesquisas realizadas no Brasil? Ainda que seja possível identificar um núcleo forte de pesquisas que assumem esse eixo filosófico de estudo, até

[18] Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScdO5LNCCX10p3yR4FT6rl8SaeFyHpMLdbKqL65Txin2BHh6Q/viewform. Acesso em: 9 jun. 2022.

que ponto as novas pesquisas com elas se entrelaçam, mesmo que seja para se contraporem ao instituído? Por outro lado, será que, de fato, toda essa produção teórica, que cada vez mais se avoluma na contemporaneidade em torno do ensino de filosofia, tem como força e potência não só seus próprios grupos de pesquisas, mas também a convivência, a troca e a disputa com os/as demais agentes do campo e suas respectivas pesquisas? Esse aumento exponencial das iniciativas acadêmicas na área incorpora, de maneira crítica e problemática, os projetos coletivos comuns ao ensino de filosofia no Brasil, procurando, além de desenvolver agendas em comum, estabelecer e debater parâmetros éticos, estéticos, epistemológicos e políticos ao campo?

Reconhecemos as dificuldades de responder essas questões no presente texto, mas as levantamos com o efeito de tensionar alguns aspectos que sobressaíram nas recentes discussões entre os integrantes da comunidade filosófica, seja nos debates com os/as próprios/as agentes do campo Filosofia do Ensino de Filosofia, seja com os pares externos. No primeiro eixo de questões, marcado pela relação dos/as agentes com o projeto filosófico inerente ao campo, aquilo que se percebe é que, a partir de uma série de acontecimentos (bem-vindos, deve-se frisar) desde 2008 – diversificação e descentralização dos grupos de pesquisas na área, a implementação do PIBID e da Residência Pedagógica em Filosofia, a criação de mestrados profissionalizantes, a abertura de novos concursos para suprirem os cursos de licenciatura e a formação do/a professor/a de filosofia (elementos fundamentais à instituição do campo) –, paradoxalmente a agenda filosófica em torno da área perde força, justamente pelo desconhecimento da própria historicidade dos contornos e projetos do campo – como será explorado na sequência.

Na esteira das questões anteriormente colocadas, cabe observar que a autonomia de um campo de conhecimento também é afirmada na medida em que este campo pauta seus próprios debates, não sendo orientado de modo decisivo por influências externas. Se as produções até os anos 2000 foram, em muitos dos casos, marcadas pela defesa da filosofia na educação básica, centradas, portanto, no valor formativo da filosofia, a partir da obrigatoriedade da disciplina, em 2008, as produções se descolaram do

cenário externo ou das conjunturas políticas, propiciando um amadurecimento de um debate próprio ao campo. Todavia, alguma fragilidade foi exposta com o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de dezembro de 2018[19]: dada a urgência de se repensar a presença da filosofia nas escolas, agora no âmbito da BNCC, os esforços de pesquisadores e pesquisadoras foram direcionados ao estudo do texto e à implementação da Base; e muitas das discussões já realizadas e amadurecidas no campo ficaram em segundo plano, pouco dialogando com esse novo objeto de investigação.

Processo semelhante já tinha sido observado com o início das atividades do Mestrado Profissional em Filosofia, um ano antes. Por um lado, o Prof-Filo foi responsável pelo crescimento e fomento do campo, potencializando as pesquisas realizadas sobre ensino de filosofia em diferentes regiões do País. De outro, e concomitantemente, agregou à área novos pesquisadores e pesquisadoras, professores/as de escolas e das universidades, muitos dos quais não familiarizados com o estado da arte dos debates realizados no campo. Em alguma medida, assistiu-se, em diversos casos, a um recomeço de pautas já, há muito, estabelecidas pelos agentes do campo. E, para a consolidação de um campo, não teríamos que tomar como base aquilo que já há em termos de pautas e argumentos, aprofundando-os e avançando nos debates postos? Afinal, o que mais de duas décadas nos sinalizam é que a temática do ensino de filosofia no Brasil conta uma literatura especializada, produzida por gerações[20] de pesquisadores e pesquisadoras que coparticipam e dispõem de um espaço comum de reflexão.

---

[19] A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em setembro de 2015 e nela constavam todos os componentes curriculares. Em abril de 2016, uma nova versão da BNCC foi publicada, a partir de pareceres críticos e da consulta pública realizada desde 2015. Contudo, em agosto de 2016 ocorreu o golpe que destituiu a presidente Dilma e teve início uma série de alterações no Ministério da Educação. Neste contexto foi publicada a 3ª versão da Base, na qual diversos componentes curriculares (e, dentre eles, a Filosofia) aparecem diluídos – ou transversalizados – em 4 grandes áreas: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

[20] A escrita do presente texto é um exemplo de gerações diferentes do ensino de filosofia, as quais entraram na área por caminhos distintos, e que se unem para pensar problemas comuns

Um exemplo notório do que estamos aqui problematizando diz respeito à pergunta: deve-se ensinar/aprender filosofia ou ensinar/aprender a filosofar? Entre aqueles e aquelas que assumiram o ensino de filosofia como objeto de pesquisa, na perspectiva filosófica da virada discursiva da área, há ao menos uma década essa questão já foi muito debatida e, em certa medida, pode-se identificar um certo posicionamento comum, expresso na literatura da área[21]: o ensino e aprendizagem de filosofia sem o filosofar é historiográfico e o filosofar sem o legado filosófico – sentido que ultrapassa a dimensão dos clássicos – não passa de um pretenso filosofar; em outras palavras, deve-se filosofar a partir do e com o legado filosófico, ainda que seja para ir além deste. Diante da possibilidade – iminente ao próprio filosofar – de reabertura da problemática em questão, faz-se necessária a imersão na literatura do campo, naquilo que *já há* em termos de debate sobre o tema, evitando gestos inaugurais que ignoram toda uma trajetória de reflexão e discussão filosófica no interior da comunidade acadêmica que pesquisa o ensino e a aprendizagem da filosofia e do filosofar.

Contudo, apesar de existir uma literatura específica e a circulação de problemas abertos no campo, ainda não debatemos com profundidade e sistemática as teses dos nossos próprios pares. Se lemos os seus textos, eles ainda são pouco referenciados, contra argumentados ou validados em nossas produções. Talvez ainda – e essa é uma hipótese que não pode ser ocultada – lemos muito pouco nossos próprios potenciais interlocutores e interlocutoras. Ademais, percebemos que as produções teóricas assinadas por pesquisadores e pesquisadoras na universidade ainda pouco circulam entre nossos pares que

ao campo. Sem querer nos determos como requer o assunto geracional dos pesquisadores e pesquisadoras do campo, é possível vislumbrar, ao menos, três gerações: uma primeira que diz respeito àqueles/as que participaram dos movimentos iniciais de luta pela cidadania-filosófica, oriundos, institucionalmente (em sua grande maioria) da Filosofia da Educação; uma segunda, composta de participantes que vão pensar o ensino de filosofia principalmente em razão do retorno da filosofia à educação básica, da atuação como docente na educação básica e/ou no ensino superior e do necessário envolvimento dos cursos de licenciatura com a questão; e, por último, uma geração composta por novos pesquisadores e pesquisadoras que tiveram a oportunidade de serem formados na literatura da área – estudando a temática seja em pesquisas de iniciação científica, mestrado acadêmico ou profissional e/ou doutorado acadêmico.

[21] Cf. Rodrigo (2004), Paschoal (2013), Alves (2016) e Martin e Velasco (2019).

atuam na educação básica – o que, em certa medida, justifica que a questão aqui tomada como exemplo seja recolocada em praticamente todos os eventos da área, momento em que temos a oportunidade de reunir toda a comunidade que constitui o campo do Ensino de Filosofia.

A fim de consolidarmos o campo da Filosofia do Ensino de Filosofia, faz-se necessária a familiarização com a literatura e os debates produzidos por nós – ainda que seja para acirrarmos nossas divergências, nossas diferenças de perspectiva sobre ensino e aprendizagem em filosofia. Só assim teremos, efetivamente, um campo de conhecimento *sobre* e *no* ensino de filosofia. A consolidação de um campo extrapola o estabelecimento de uma sistemática de estudos e publicações. Esta sistemática, certamente, nós já temos. Mas, para além da produção e divulgação teórica, um campo de conhecimento também se dá nas relações. Relações que se estabelecem entre os/as agentes envolvidos e que criam suas próprias regras, seus próprios acordos tácitos. E nestes acordos é que encontramos a especificidade de um campo, porque é nessa interação que partilhamos ideias, produções, análises – e alimentamos as disputas internas ao campo. Precisamos reconhecer que muito disso tudo existe entre nós que compomos o GT, que participamos do Prof-Filo e que orientamos as pesquisas sobre ensino de filosofia. Isso indica que pode haver um campo no qual todos nós circulamos. Mas nos falta ainda uma cartografia mais fina que possa indicar "o estado da arte" das nossas problemáticas em comum. Nesse sentido, ao não referenciarmos as produções teóricas existentes e os problemas e hipóteses sustentados por nossas(os) colegas, estamos sempre reféns de um constante recomeço.

A problemática que se coloca diz respeito, portanto, aos temas, problemas e disputas partilhados entre nós; temas, problemas e disputas que constituem o campo da Filosofia do Ensino de Filosofia e nos resguardam das intempéries políticas ou de qualquer outra força externa. Para que possamos ter a plena consolidação da área, precisamos conhecer os debates e os textos produzidos por nós. Ainda carregamos os hábitos da filosofia acadêmica brasileira: lemos e citamos muitos filósofos consagrados para sustentar nossas teses e desenvolver os problemas do ensino de filosofia, tais

como Platão, Kant, Hegel, Derrida, Foucault, Deleuze, Nietzsche, dentre outros, – o que talvez seja compreensivo, principalmente tendo em vista o modo como a filosofia acadêmica costuma funcionar nacional e internacionalmente. Mas, evocando a própria especificidade do ensino de filosofia[22], a história e a geografia do Brasil, percebe-se que esses hábitos não são suficientes para o estabelecimento de um campo de conhecimento filosófico autônomo, uma vez que obliteram a partilha e as interações entre os cidadãos e as cidadãs do ensino de filosofia. Lemos e citamos pouco os autores que procuram pensar o ensino de filosofia no Brasil e que têm se dedicado a construir esse campo de pesquisa; falamos aqui de Tomazetti, Ceppas, Henning, Lorieri, Maamari e tantos outros. Quando muito, nossas referências são Gallo e Kohan – filósofos imprescindíveis à virada discursivo-filosófica e ao movimento de cidadania-filosófica do campo; mas há muitos outros nomes que a eles se somaram e com eles sedimentaram pautas e debates. Nomes, pautas e debates que precisam ser referenciados, discutidos, contrastados.

Para que possamos afirmar a autonomia do campo, temos que olhar à nossa volta, para as produções que, como mostramos, se avolumam diante de nós, questionando se já temos nossas próprias regras, nossos próprios acordos, nossos métodos de investigação, nosso arcabouço teórico, nosso acordo tácito que estrutura as ações e as pesquisas na área, enfim, se conseguimos estabelecer um *topos* para as pesquisas que perspectivam o

[22] Quando referenciamos a peculiaridade do ensino de filosofia como objeto de pensamento filosófico e, consequentemente, como campo de conhecimento, é porque ele nos exige tomar atitudes e adotar instrumentos de pesquisa que ultrapassam o funcionamento acadêmico usual da filosofia, quase que estritamente reflexivo, de caráter de fundamentação, que se faz, usualmente, através das balizas dos clássicos. O ensino de filosofia está envolto em relações dinâmicas e com problemas que emergem, em muitos dos casos, das salas de aulas, das nossas escolas e universidades do país, exigindo uma produção teórica, contextualizada e situada, que se faça como prática e que intervenha, diretamente, nas relações formativas contemporâneas. Por essa razão, o diálogo entre os pares e o conhecimento da literatura específica brasileira e da América Latina parecem uma condição particular nossa – de um campo de conhecimento cujas ferramentas, análises e problemas são elaborados e são retroalimentados pelos contextos e condições em que a filosofia é ensinada e aprendida e a partir dos quais os professores e professoras são formados.

ensino da filosofia. Isso não quer dizer que estamos querendo estabelecer regras rígidas para o campo, mas indicar a necessidade de cartografar o lugar em que o ensino da filosofia ocupa em nossas pesquisas, ou seja, o comum no qual convivemos, cada um ao seu modo, com suas referências e teorias. Quando pudermos reconhecer e afirmar essas relações internas, teremos a almejada autonomia do campo. Desse modo, o campo efetivamente autônomo da Filosofia do Ensino de Filosofia dialogará e responderá às influências externas, mas não se guiará por elas.

Um primeiro esforço de mapeamento daquilo que é distintivo ao campo já foi realizado, em duas frentes: a partir do depoimento de membros do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar* e de colegas pesquisadores/as da área, procurou-se averiguar aspectos cruciais à formação docente em filosofia e à construção do estatuto epistemológico do campo[23]. Em ambas as investigações, constatou-se que o campo da Filosofia do Ensino de Filosofia (que inclui a formação docente na área) se caracteriza e é atravessado por questões que problematizam as concepções de filosofia e ensino, assim como as relações entre estas, e delas com a história da filosofia. O vínculo indissociável entre teoria e prática é também um traço distintivo do campo, no qual o ensino inclui pesquisa e as pesquisas tomam a prática e a formação docente como objeto de investigação. A terceira dimensão constitutiva do campo diz respeito a um compromisso político, este compreendido seja em sentido amplo, como formação filosófica que contribui para uma educação de qualidade, seja no sentido restrito da discussão de temas e problemas contemporâneos sob o olhar da filosofia. Em outros termos, o ensino de filosofia não pode prescindir do "diálogo com o tempo presente – com as outras áreas de conhecimento, com a cultura, com o seu público alvo" (Velasco, 2020b, p. 18-19).

Enfim, essas três dimensões parecem expressar aquilo que há de comum e próprio desse campo; especificidades estas que precisam ser situadas, justamente, na emergência de uma nova forma de compreensão da atividade filosófica na contemporaneidade: uma filosofia que se faz como

[23] Cf., respectivamente, Velasco 2020b e 2022a.

ensino. De fato, o que uma cidadania-filosófica para o ensino de filosofia carrega não se encerra na possibilidade de uma virada discursivo-filosófica para a temática, mas diz respeito, sobretudo, à reinvenção de uma prática e atuação filosófico-educativa do professor e da professora de filosofia, seja na educação básica, na universidade ou em espaços não formais de educação. O que se reinventa, na contemporaneidade, é uma filosofia que se faz como ensino e aprendizagem, como educação, em que os professores e professoras filosofam educando e educam filosofando.

Referências

AGRATTI, Laura. A orientação de fundamento: uma perspectiva problematizadora para a formação de professores em Filosofia. *In*: KUIAVA, Evaldo Antônio; SANGALLI, Idalgo José; CARBONARA, Vanderlei (Orgs.). *Filosofia, formação docente e cidadania*. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 181-191.

ALVES, Dalton José. *A filosofia no ensino médio*: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Autores Associados, 2002.

ALVES, Dalton. O ensino de Filosofia na educação escolar brasileira: conquistas e novos desafios. *In*: TRENTIN, Renê; GOTO, Roberto (Orgs.). *A filosofia e seu ensino*: caminhos e sentidos. São Paulo: Edições Loyola, Brasil, 2009. p. 35-51.

ALVES, Dalton José. Metodologia da filosofia e do ensino de filosofia: tensões e confluências. *EccoS – Rev. Cient*, São Paulo, n. 39, p. 41-53, 2016. DOI: https://doi.org/10.5585/eccos.n39.6183.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Trad. De Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. DOI: https://doi.org/10.5585/eccos.n39.6183.

CORNELLI, Gabriele. Apresentação. *In*: GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (Orgs.). *Filosofia do Ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-14.

DANELON, Márcio. Para um ensino de filosofia do caos e da força: uma leitura à luz da filosofia nietzschiana. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 24, n. 64, p. 345-358, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000300007.

FÁVERO, Altair Alberto. Filosofia na sala de aula: pela força da lei ou pela opção político-pedagógica da sociedade. *In*: PIOVESAN, Américo *et al*. (Orgs.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 425-437.

FÁVERO, Altair Alberto *et al*. O ensino da filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 24, n. 64, p. 257-284, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000300002.

GALLO, Sílvio. Apresentação. *In*: GALLO, Sílvio; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabriele (Orgs.). *Ensino de Filosofia*: Teoria e Prática. Ijuí: Unijuí, 2004. 9-12.

GALLO, Sílvio. *Metodología do ensino de filosofia*: uma didática para o ensino médio. Campinas: São Paulo, 2012.

GALLO, Sílvio. Construindo os caminhos do ensinar e aprender. *In*: JUNOT, Cornélio Matos; COSTA, Marcos Roberto Nunes (Orgs.). *Filosofia*: caminhos do ensinar e aprender. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. p. 5-15.

GALLO, Sílvio. Prefácio. *In*: TOMAZETTI, Elisete Medianeira (Org.). *Ensino de filosofia*: experiências, problematizações e perspectivas. Curitiba: Appris, 2015. p. 13-17.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. Apresentação. *In*: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Filosofia no ensino médio*. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 7-10.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no Ensino Médio. *In*: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Filosofia no ensino médio*. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 174-196.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. Apresentação. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 24, n. 64, p. 253-256, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000300001.

GONÇALVES, Tânia. O ensino de Filosofia na rede pública: a Proposta Curricular do estado de São Paulo. *In*: GOTO, Roberto; GALLO, Silvio (Orgs.). *Da filosofia como disciplina*: Desafios e perspectivas. Edições Loyola: São Paulo, 2011. p. 25-50.

KOHAN, Walter Omar. As infinitas antinomias do ensino de filosofia. *In*: SARDI, Sérgio Augusto; SOUZA, Draiton Gonzaga; CARBONARA, Vanderlei (Orgs).

Filosofia e Sociedade: Perspectivas para o ensino da filosofia. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 53-67.

KOHAN, Walter Omar. GT Filosofar e Ensinar a Filosofar – relatório 2005/2006 (Anexo 1). *In*: VELASCO, Patrícia Del Nero. *Filosofar e Ensinar a Filosofar*: registros do GT da ANPOF – 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020a. p. 530-535.

KOHAN, Walter Omar. GT Filosofar e Ensinar a Filosofar – relatório 2005/2006 (Anexo 1). *In*: VELASCO, Patrícia Del Nero (Orgs.). *Filosofar e Ensinar a Filosofar*: registros do GT da ANPOF – 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020a. p. 530-535.

MAAMARI, Adriana Mattar; BAIRROS, Antônio Tadeu Campos de; WEBER, José Fernandes. Apresentação. *In*: MAAMARI, Adriana Mattar; BAIRROS, Antônio Tadeu Campos de; WEBER, José Fernandes (Orgs.). *Filosofia na universidade*. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 11-14.

MARTIN, Luiz Fernando Barrére; VELASCO, Patrícia Del Nero. Filosofia e método em Kant: para além da dicotomia entre aprender filosofia e aprender a filosofar. *In*: VELASCO, Patrícia Del Nero (Org.). *Ensino – de qual? – Filosofia*: ensaios a contrapelo. Marília: Oficina Universitária, 2019. p. 139-161. DOI: https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-063-4.p139-162.

NIELSEN NETO, Henrique (Org.). *O ensino de filosofia no 2° grau*. São Paulo: SOFIA, Editora SEAF, 1986.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. Da especificidade da filosofia ao seu ensino. *R. NESEF Fil. Ens.*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 16-24, 2013. DOI: https://doi.org/10.5380/nesef.v3i3.54665.

RODRIGO, Lidia Maria. Aprender filosofia ou aprender a filosofar: a propósito da tese kantiana. *In*: GALLO, Silvio; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabrielli (Orgs.). *Ensino de Filosofia*: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 91-99.

RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 813-854, 2021. DOI: https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v35n74a2021-62439.

RUGGIERO, Gustavo. La formación de los profesores de Filosofia u la paradoja del "giro filosófico". *Educar em Revista*, Curitiba, n. 46, p. 99-112, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000400008.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira; BENETTI, Cláudia Cisiane. Exercícios analíticos de discursos: Fórum Sul de Coordenadores de Filosofia e Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia. *Revista Sul-Americana de Filosofia e*

Educação (RESAFE), Brasília, n. 24, p. 68-24, 2015. DOI: https://doi.org/10.26512/resafe.v0i24.4741.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Ensino de filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte. *Revista Estudos de Filosofia e Ensino*, v. 1, p. 6-21, 2019.

VELASCO, Patrícia Del Nero. *Filosofar e ensinar a Filosofar*: registros do GT da ANPOF – 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020a.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia? *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 34, p. 12-33, 2020b-2021. DOI: https://doi.org/10.26512/resafe.v2i34.35127.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores. *Pro-posições*, Campinas, v. 33, p. 1-26, 2022a. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0018.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O Ensino de Filosofia em números: a consolidação de um campo de conhecimento. *Revista Digital de Ensino de Filosofia*, Seção especial: ANPOF – Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo, Santa Maria, 2022b. p. 38-42. DOI: https://doi.org/10.5902/2448065769947.

WUENSCH, Ana Mírian. Por uma didática da Filosofia. *In*: SARDI, Sérgio Augusto; SOUZA, Draiton Gonzaga; CARBONARA, Vanderlei (Orgs.). *Filosofia e Sociedade*: Perspectivas para o ensino da filosofia. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 81-97.

Data de registro: 20/01/2023

Data de aceite: 01/08/2024